

SOLIDARIEDADE EM  
TRABALHO, RELAÇÕES DE  
GÊNERO E PRESERVAÇÃO  
AMBIENTAL

26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

## **MERENDA ESCOLAR COMO PARTE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO PARANÁ NESSE PROCESSO.**

Alcione Lino de Araújo<sup>1</sup>; Bethânia Ávila Rodrigues<sup>2</sup>; Maria Helene Giovanetti Canteri<sup>3</sup>; Juliana Vitória Messias Bittencout<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – Campus Santa Inês; <sup>2,3 e 4</sup> Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa

<sup>1</sup>alcione.lino@ifma.edu.br; <sup>2</sup>rodriguesbethania@yahoo.com; <sup>3</sup>canteri.mhg@gmail.com; <sup>4</sup>julianavitoria@utfpr.edu.br

### **GT 6- Agricultura familiar, solidariedade e agroecologia**

#### **Resumo**

O presente artigo analisa a relevância dos programas governamentais com princípios na Segurança Alimentar Nutricional (SAN) para a melhoria na qualidade alimentar de estudantes da rede pública de ensino e para a agricultura familiar. Os programas governamentais PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) são destinados à aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar sustentável para merenda escolar. Para atingir o objetivo desse estudo foi utilizado o método científico indutivo, com visitas in loco aos agricultores, e pesquisa em base de dados oficiais da União. Com esse trabalho, observou-se que os programas de políticas públicas do Governo Federal do Brasil contribuem de forma significativa para a melhoria na oferta de alimentação saudável à crianças e adolescentes, além de proporcionar o desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar; Alimentação Escolar; Programas Governamentais.

## **SCHOOL MEALS AS PART OF THE FOOD AND NUTRITION SECURITY: THE PARTICIPATION OF FAMILY FARMERS IN THE PROCESS OF PARANA**

#### **Abstract**

The purpose of this paper is to evaluate the relevance of Brazilian Government Programs for improving food quality in public schools based on Food Security Nutrition (FSN) and family farming. The PAA (Food Acquisition Program) and PNAE (National School Feeding Programme) government programs are intended for purchase of food coming from sustainable family farming for school meals. Through an inductive scientific method, a series of interviews with local farmers, and a systematic research was conducted using the Federal Government database in



ordertoachievetheobjectiveofthisstudy. WeobservedthatBrazilian’sGovernmentProgramscontributes for childrenandteenager’shealthimprovement, as well as providing rural developmentandlifequality for thefarmer’s Family.

**Keywords:**FoodSafety; SchoolFeeding; Governmentprograms.

## Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidades suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais, em bases sustentáveis do ponto de vista socioeconômico e agroecológico (CONSEA, 2016).

O conceito de SAN utilizado no Brasil, oriundo das conferências nacionais sobre o assunto e fruto de grande mobilização de organizações da sociedade civil, está definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) sancionada em setembro de 2006. Nessa Lei, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), define, no artigo 3º, a SAN como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam: social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

A promulgação dessa lei foi um marco teórico, pois inseriu na agenda do governo a temática de segurança alimentar, valorizando a necessidade em garantir para a população à alimentação adequada e saudável (Rigonet al., 2016). Nesse contexto, o desafio é acercar-se dessas informações e lançar o olhar para o compromisso que um programa de alimentação escolar do porte e abrangência de Programas nos moldes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passam a ter quando introduzem a possibilidade de oferecer, na merenda escolar, alimentos produzidos de forma sustentável e, portanto, mais saudáveis, bem como pela priorização da aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar local. Trata-se também de mostrar como esses podem fazer diferença, como ferramentas educativas, no âmbito das diretrizes pedagógicas e curriculares, capazes de promover a educação para a sustentabilidade.

Esses programas de políticas públicas do governo federal brasileiro – PAA e PNAE – são destinados à aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar sustentável para merenda escolar, nos quais 30% das compras de alimentos sejam feitas junto a agricultores familiares e suas cooperativas e/ou associações. A estratégia de vincular as diversas políticas de proteção social, inclusive a alimentação escolar à compra de alimentos produzidos por agricultores familiares tem se mostrado um caminho eficaz para combater a pobreza rural, aumentar a segurança



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

alimentar e nutricional dos beneficiários dessas políticas e dos agricultores e suas famílias, além de valorizar hábitos alimentares locais.

## **Material e Métodos**

Essa é uma pesquisa aplicada, com abordagem quantitativa, realizada por meio do método científico indutivo. A pesquisa foi aplicada na Associação das Colônias dos Agricultores Familiares das Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, no município de Castro/PR, a qual produz alimentos orgânicos.

Os alimentos produzidos pela Associação são comercializados para os Programas do Governo Federal (PAA e PNAE), que são repassados para as 40 escolas da rede municipal através da solicitação da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade do preparo da merenda escolar para os alunos, através de um cardápio elaborado pelo setor de Nutrição.

No que se refere ao tratamento dos dados, realizou-se uma análise quantitativa a partir dos registros Associação, constando o volume de alimentos entregues semanalmente à Secretaria Municipal de Educação, no período de 2012 a 2013. Os dados foram tabulados em planilha eletrônica e analisados por meio de estatística descritiva.

## **Resultados**

A Associação das Colônias passou a utilizar das políticas públicas desde que a Prefeitura de Castro-PR introduziu o programa PRONAF, em 1996. Porém, nesse período, nem todos estavam aptos a acessar essa política de financiamento. Como requisito para fornecimento para os programas governamentais, por meio de processo de licitação, os agricultores deveriam estar organizados em grupos formalizados, além possuir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ou outros programas estaduais.

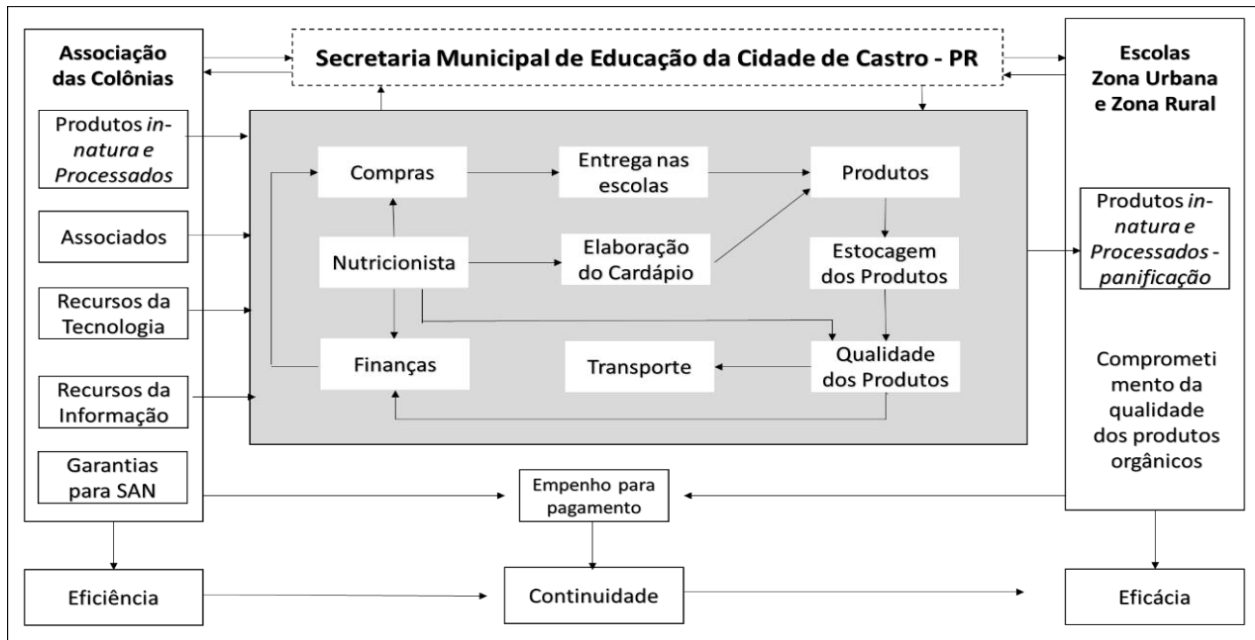
A criação do PAA, no ano de 2003, foi o início da inclusão dos produtores no processo de crédito, concomitante à DAP. Este documento identifica a agricultura familiar e atribui direito ao produtor de participar dos programas destinados a esse segmento da agricultura.

O fluxo aquisição de alimentos de agricultores familiares, no município de Castro/PR, é apresentado na Figura 1, a qual relaciona as obrigações do poder público e dos agricultores familiares.

# SOLIDARIEDADE EM TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil



**Figura 1 – Fluxo de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar em Castro/PR**

Fonte: Adaptado de Castelli (2009)

Analisando a representação do fluxo de aquisição, verifica-se que a Secretaria Municipal de Educação utiliza de diferentes recursos. Esses recursos são acionados para que sejam adquiridos produtos in natura e produtos processados, para ofertar aos alunos das escolas da rede municipal de ensino. Assim, atende-se aos pressupostos tanto do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, quanto dos programas governamentais (PAA e PNAE), de garantir a eficiência e eficácia da oferta de alimentação adequada ao ser humano.

Dessa forma, objetivo final da Secretaria Municipal de Educação é garantir o alimento aos alunos com quantidade, qualidade e regularidade necessárias, promovendo a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; e atendendo as exigências dos programas do Governo Federal.

Os programas do Governo Federal têm importância ímpar, não só para os alunos, mas para a agricultura familiar, que pode fornecer produtos diversificados e regionais, necessários na merenda escolar. Os valores pagos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os produtos adquiridos da Agricultura Familiar, na cidade de Castro-PR, estão indicados na Tabela 1.



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

**Tabela 1 – Valores repassados para aquisição de alimentos para merenda escolar municipal**

Ano	Valor Transferido para a Prefeitura	Valor das aquisições da agricultura familiar	Percentual
2012	568.968,00	63.436,86	11,15%
2013	782.500,00	190.516,86	24,35%
2014	738.810,00	335.322,23	45,39%

Fonte: FNDE (2015; 2015a).

Participando dos programas dos programas do Governo Federal (PAA e PNAE), a Associação comercializa produtos in natura e processados, para atender ao cardápio das escolas da zona urbana e rural. Com isso, a qualidade da alimentação ofertada aos estudantes da rede pública é assegurada, com a garantia de procedência e produção orgânica dos insumos utilizados para merenda.

Esses insumos visam assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional.

A venda de alimentos de qualidade por um preço justo estimula a produção e promove o desenvolvimento da região. Considerando os valores repassados para a agricultura familiar no triênio, o desenvolvimento da região está em constante crescimento, uma vez que, em 2014, os agricultores familiares do município de Castro receberam cinco vezes mais do que em 2012.

Este montante contribui para investimentos em cursos e capacitações, aquisição de maquinários e equipamentos e adoção de práticas produtivas sustentáveis. Em contrapartida, esses investimentos impulsionam a capacidade produtiva, estimulam a manutenção da família no trabalho do campo, além de garantir uma fonte de renda para os trabalhadores rurais.

A seguir, a tabela 2 apresenta a quantidade de produtos in natura e processados entregues à Secretaria Municipal de Educação pela Associação, trimestralmente.

**Tabela 2 – Quantidade de produtos entregue à Secretaria Municipal de Educação.**

Categorias de produtos	2012					2013					Total Geral
	1ºtri	2ºtri	3ºtri	4ºtri	Total	1ºtri	2ºtri	3ºtri	4ºtri	Total	
Processados (Kg)	0	9571	4822	5765	<b>20.158</b>	3362	6951	6619	3432	<b>20.364</b>	<b>40.522</b>
Frutas (unid)	0	9774	2912	2415	<b>15.101</b>	1406	10646	2442	3808	<b>18.302</b>	<b>33.403</b>
Olerícolas (Kg)	0	12989	4648	1959	<b>19.596</b>	1999	5403	2358	2681	<b>12.441</b>	<b>32.037</b>

Fonte: Própria Autora.



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

O fornecimento de alimentos produzidos pela Associação das Colônias foi iniciado no ano de 2012. No período inicial, a comercialização dos produtos foi irregular, pois pode-se observar na tabela, que no primeiro trimestre não houve registro dos produtos entregues à Secretaria Municipal de Educação.

Em 2013, percebe-se a distribuição contínua de alimentos. Nesse ano, algumas escolas tiveram atividades durante as férias escolares, por isso houve solicitação de produtos sem interrupção.

Devido ao fornecimento de frutas ser contabilizado por unidades, não é possível a soma total em quilos da classe in natura. No entanto, o fornecimento de frutas inclui desde frutos pequenos (morango) a frutos grandes (melancia e mamão). Nesse sentido, temos que, os alunos da rede municipal de Castro/PR consumiram, no mínimo, 19 mil quilos de produtos in natura, e 20.158 quilos de produtos processados provenientes da agricultura familiar.

Já em 2014, foram consumidos, pelo menos 18 mil quilos de produtos in natura, e 20.364 quilos de produtos processados. Portanto, no biênio, os alunos matriculados da rede municipal de ensino consumiram mais de 72 mil quilos de alimentos produzidos sob os princípios de responsabilidade ambiental e social, e sem a utilização de defensivos agrícolas e produtos químicos.

Acrescenta-se ainda que os programas de política pública do governo federal, em particular o PAA e o PNAE, têm contribuído de forma significativa aos agricultores familiares da Associação das Colônias, onde os mesmos promovem o abastecimento alimentar nas escolas; através da solicitação da Secretaria Municipal de Educação, por meio da figura da Nutricionista; a associação valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; como também incentiva os hábitos alimentares saudáveis entre os associados.

## **Discussão**

Este estudo atende ao seu objetivo, analisando a importância do fornecimento de alimentos da agricultura familiar tanto para a melhoria na alimentação da população, quanto para proporcionar o desenvolvimento rural. Dessa forma, cabe ressaltar que a implantação de políticas públicas voltadas para a valorização da qualidade alimentar fomenta a produção agrícola familiar e estimula crianças e adolescentes a adotarem hábitos alimentares mais benéficos. Os programas governamentais brasileiros PAA e PNAE cumprem esse papel, ofertando aos alunos da rede pública de ensino uma experiência alimentar segura, saudável, balanceada e suficiente para a melhoria de seu rendimento escolar.



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

## Referências

Brasil. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº. 11.346, de 15/12/2006. 2006. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)

Castelli A. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica. 2009– GECON. São Paulo: Atlas.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2016. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano a Alimentação Adequada no Brasil e Indicadores e Monitoramento e da Constituição ao de 1988 aos Dias Atuais. Brasília. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea>

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2015. Alimentação Escolar. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2015a. Sistemas de Consultas a Liberação de Recursos. Brasília, Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/>

Rigon DAS, Schimidt ST, Bógus CM. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. 2016. Cad de Saúde Pública; 32: 1-10.